



GRUPO DE TRABALHO 2 – POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

ESPAÇO E PATRIMÔNIO NATURAL: RELAÇÕES COM O TURISMO E LAZER NA ORLA DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: ESTUDO DE CASO DO MANGAL DAS GARÇAS

Francisco Perpetuo Santos Diniz¹

Palavras-chave: Espaço. Patrimônio Natural. Turismo. Lazer. Centro Histórico de Belém.

INTRODUÇÃO

A revitalização de Centros Históricos tem sido marcada pela espetacularização do patrimônio cultural, processo denominado por Choay (2017) como a inserção do patrimônio na *industria cultural*. Choay tece velada crítica a indústria cultural que tem tratado o patrimônio a partir do consumo cultural menosprezando a participação da maior parte da população na apropriação e uso do patrimônio, inclusive ignorando suas atividades tradicionais e cotidianas, além de servir a especulação imobiliária e a economia de mercado, especialmente a do turismo.

Assim, é dentro da lógica de projeção de partes de cidades como locais de reprodução do urbano enviesada na realização espacial do turismo, lazer e patrimônio que a natureza no contexto do Centro Histórico de Belém (CHB), foi analisada. Este trabalho tem um caráter espacial dialético por enfatizar as contradições desse processo, especialmente no que se refere às requalificações, segregações socioespaciais e gentrificações urbanas na área do Mangal das Garças. Este trabalho apresenta um viés qualitativo e bibliográfico, aliado a observação in lócus. Os objetivos do trabalho visaram problematizar o processo de reprodução do espaço no

¹ Estudante de Pós-Graduação do Curso de Geografia em Nível de Doutorado – UFPa.
fpsdiniz@gmail.com

contexto do patrimônio natural, turismo e lazer e apontar novas possibilidades de uso do Complexo Turístico Mangal das Garças (CHB). Os resultados demonstraram que a natureza imaginada como patrimônio natural na área de estudo tem reforçado a segregação socioespacial ao projetar e tornar os locais da realização do patrimônio, lazer e turismo espaços de alto consumo afetando o uso por parte da população de menor poder aquisitivo, além de ignorar as dinâmicas socioespaciais cotidianas dos demais sujeitos que habitam e circulam em tais locais. Quanto às limitações da pesquisa, destacamos a carência de literatura sobre o assunto e a dificuldade de incorporação e efetivação de reflexões de cunho crítico em dinâmicas de implementação de políticas públicas na área de estudo e de toda Orla do centro Histórico em decorrência da natureza burocratizante, tecnicista e não popular do planejamento oficial.

O PATRIMÔNIO NATURAL NO CONTEXTO DO COMPLEXO MANGAL DAS GARÇAS.

A natureza tem sido importante variável da reprodução capitalista do espaço de Centros Históricos ao ser imaginada como patrimônio cultural ou natural sem a evidência de conflitos, tensões ou contradições socioespaciais e ambientais. Na perspectiva de Henrique (2009) no plano de negócios a natureza expressa um alibi de fomento ao mercado do lazer, do turismo e de consumo de espaço. A natureza mercantilizada dá sentido à reprodução de espaços de turismo e lazer pagos nas cidades, pois “temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados e publicizados, como os *playgrounds*” (SANTOS, 2014. p. 64).

Trindade Jr. (2013) ao analisar o processo de renovação urbana no Centro Histórico de Belém que teve como recorte sócio-espacial o projeto “Estação das Docas” observou que cotidianidades de trabalhadores, moradores, consumidores e transeuntes locais foram ignoradas, sendo reforçada a gentrificação, pois o local tornou-se espaço de consumo alimentar de alto padrão e a natureza foi feitichizado como imagem cênica expressa pela paisagem da Bahia do Guajará seguindo a tendência global de *waterfront* (beira-mar). Ressalta-se que na perspectiva de Paes (2017) que a gentrificação representa um conflito espacial de consumo de novas paisagens urbanas e lutas de classes que se segregam por dinâmicas espaciais dissidentes.

Segundo Trindade Jr., nos anos 1990, o projeto “Estação das Docas”, juntamente com os projetos “Feliz Luzitânia” e “Mangual das Garças” representaram, exemplo maior, de segregação socioespacial em áreas do Centro Histórico de Belém ao serem direcionados ao

consumo de bens elitizados, tendo como fundo ou paisagens o imenso rio Guamá e a baía do Guajará. Neste sentido, para o autor apesar das intervenções estarem à beira rio, de buscarem construir uma “nova cidade” voltada ao rio, ignoraram a dinâmica ribeirinha, dos trabalhadores locais, moradores e de toda dinâmica urbana de Belém.

A abertura de “janelas para o rio” com visão para o rio Guamá no contexto de áreas do Centro Histórico de Belém tem sido fundamentada na reprodução de modelos mundiais de revitalização e requalificação de áreas portuárias, cujo projeto é conhecido como “waterfront” ou janelas para o rio que busca dar novos usos em espaços estratégicos e envelhecidos e ao mesmo tempo fomentar a geração de emprego e renda pela promoção de turismo. Para Barbosa (2016) o “waterfront” no contexto da orla de Belém tem sido marcado por contradições socioespaciais ao não considerar as dinâmicas sociais e espaciais locais e menosprezar a faceta ribeirinha que dá identidade ao Centro Histórico da capital paraense,

Dessa forma, o Parque Ecológico Mangal das Garças insere-se num contexto de revitalização do Centro Histórico de Belém, onde a natureza tem sido utilizada como principal atrativo de visitação, visto que no projeto estava previsto o “Memorial Amazônico de Navegação”, o uso do Farol de Belém, O “Viveiro das Aningas”, o restaurante “Manjar das Garças”, o “Mirante do Rio” as margens do rio Guamá, a apreciação e lazer nos lagos Cavername e Lago da Ponta, a “Fonte de Caruanas”, o borboletário e o “Armazen do Tempo” (PARÁ, 2019). As figuras a seguir revelam o interior do Mangal das Garças, o apreço a valorização natural (biodiversidade e recursos naturais) comuns da região Amazônica:

Figura 1 - Trapiche com Vista para a Foz do Rio Guamá, Mangal das Garças, Belém-Pa.



Fonte: Arquivo do Pesquisador, maio de 2021.

Figura 2 – Foto Panorâmica do Mangal das Garças.



Fonte: Arquivo do Pesquisador, maio de 2021.

O Parque Ecológico Mangal das Garças buscam representar parte da história, memória e natureza de Belém. Símbolos regionais exaltam a identidade e cultura amazônicas. O projeto

ecológico enfatizou a sustentabilidade, a promoção do turismo e a cidade de Belém como pólo gastronômico nacional e internacional. É disponibilizado aos visitantes o consumo de produtos regionais através da aquisição de souvenir. As figuras a seguir destacam locais de consumo da gastronomia regional e de consumo de lembranças ou souvenir:

Figura 3 – Local da Gastronomia Regional



Fonte: Arquivo do Pesquisador, maio de 2021

Figura 5 – Consumo de Produtos via Souvenir



Fonte: Arquivo do Pesquisador, maio de 2021.

Choay (2017) critica a espetacularização e cênarização do patrimônio pela indústria cultural em que os espaços de memórias e culturas são comercializados como mercadorias. Para Lefebvre (1991) a requalificação de centros envelhecidos de cidades representa um *álibi* que incentiva o consumo de espaços e reprodução do capital pela ideologia do urbano.

Quando a natureza é projetada como “fuga” da cidade, como local de espetáculo da indústria cultural, do lazer e turismo elitizados, de práticas meramente consumistas e como invenção mercadológica imposta pela ideologia urbana, reforça a alienação espacial e os próprios sujeitos (Lefebvre, 2016).

Assim, a natureza no centro histórico de Belém foi incorporada como reunião de belas paisagens formadas pelo rio (Rio Guamá e Baía de Guajará) e como local de contemplação e como fuga da cidade dentro da própria cidade. As paisagens naturais (rios e florestas do outro lado das margens, os locais ribeirinhos) no interior e entorno do Centro Histórico de Belém acabaram por projetar o meio natural como subsistemas solidamente organizados pela burocracia e tecnocracia do solo urbano patrimonializado e turistificado para o lazer e reforça o que Santos (2013) denominou como meio artificial onde cada objeto cravado no urbano funcionaria como sistema de objetos e sistemas de ações espelhando e artificializando a dinâmica das cidades, das sociedades e da natureza, especialmente de metrópoles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à natureza enquanto projeto de direito à cidade caracteriza as utopias sociais voltadas à democratização de espaços urbanos, a luta pela cidadania, a moradia digna, ao habitar coletivo e uso do solo que nega o seu valor de troca. Assim, o espaço do patrimônio natural deve ser usado, apropriado, consumido e praticado democraticamente sem que esteja limitado ao consumo de paisagens de forma bestificada. Deve-se evitar a apropriação da natureza pelo Planejamento Estratégico como potencial voltado ao espetáculo, à valorização imobiliária e ao consumo de alto padrão.

Por fim, a pesquisa apresenta restrições quando a sua aplicabilidade ao criticar a ocupação alternativa, popular e democrática destes espaços, não servir aos interesses do planejamento oficial e por ser pensada utopicamente. Destacamos ainda, dificuldades quanto à disponibilidade de literatura especializada na apropriação do patrimônio natural em áreas de Centros Históricos, pois este tem sido preterido em relação a grande quantidade de trabalhos acadêmicos que abordam o patrimônio cultural (arquitetônico) no Centro Histórico de Belém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Camilla Souza. Análise da Estruturação Urbanística Recente da Orla de Belém/PA. Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s09-03-barbosa-c.pdf>. Consultado em: dez. 2020.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 6. ed. São Paulo: Unesp, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. A vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. O Direito à Cidade; [tradução Cristina C. Oliveira] Itapevi, SP: Nebli, 2016.
- PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/128345>. Consultado em: set. 2019.
- PARÁ. Mangal das Garças. Disponível em: http://www.paraturismo.pa.gov.br/vejamais_natureza/belem/mangal. Consultado em: Nov. 2019.
- SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico, científico e informacional. 5ªEd. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- _____. O Espaço Cidadão – 7 ed., 2. Reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- TRINDADE JR., S-C. C. Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. Espaço e Geografia (UnB), v. 16, p. 483-513. Recebido 15 de julho de 2013, aceito 25 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/download/266/191>. Consultado em: ago. 2019.